

Para não esquecer: a destruição da cidade de São João Marcos (1941-43)

Daniella Feteira Soares¹ e Dilma Andrade de Paula²

Introdução

Em 1941, o alteamento de uma das barragens do Complexo de Ribeirão das Lages, de propriedade do grupo Light-Rio,³ provocou a destruição da cidade de São João Marcos⁴. Cerca de 400 pessoas partiram do local. Antecipando os destinos de Sobradinho, Remanso, Rodelas e tantas outras cidades submersas, a destruição de São João Marcos evidenciou a luta desigual da população contra o poder de uma grande empresa estrangeira articulada a interesses nacionais. A população seria realocada para um sítio próximo, denominado Rubião, mas, salvo um pequeno núcleo populacional formado no local chamado informalmente de “nova São João Marcos”, tal realocação nunca foi realizada. O dano maior ficou registrado: a perda do espaço social de convivência, o referencial material, o espaço para celebrações da vida e da morte. O *lugar de memória* representado pela cidade define-se pela ausência; configura-se na memória dos antigos habitantes e de seus descendentes, nas fotografias, nos documentos perdidos nos arquivos e no seu território que está descoberto, com poucas ruínas urbanas à mostra e um novo cemitério, lembrando mais um capítulo das tristes histórias das grandes obras no Brasil.

Uma conjugação de fatores adversos impediu que o município conseguisse deter o avanço da Light nos seus domínios. As mudanças políticas após a Revolução de 1930 agravaram uma ruptura já existente na elite política local. Alguns chefes políticos abandonaram a cidade e os poucos que ficaram tinham influência limitada. Assim, o enfraquecimento econômico se juntou ao político, impedindo que se criasse uma frente local de resistência. Por outro lado, a agudização dos conflitos com a Light ocorreu

¹ Geógrafa, Mestre em Planejamento Urbano e Regional, Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional no IPPUR/ UFRJ. Contatos pelo e-mail dsoares@ajato.com.br

² Historiadora, Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense, Professora Adjunta do Instituto de História/ Universidade Federal de Uberlândia. Contatos pelo e-mail dpaula@inhis.ufu.br

As autoras agradecem os comentários feitos ao texto por Chélen Fischer de Lemos e Elisa Vieira.

³ A The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Co. Ltd. era uma empresa de origem canadense, pertencente ao grupo Brascan Ltd., de Toronto. Foi comprada pela Eletrobrás em 1978 e novamente privatizada em 1996. Pertence atualmente ao Grupo Electricité de France – EDF.

⁴ Localizada na confluência dos rios Araras e Panelas, afluentes do ribeirão das Lages, no município de Rio Claro, estado do Rio de Janeiro.

justamente durante o Estado Novo, quando o problema energético se transformava numa questão de segurança nacional, tornando mais difícil uma reação popular.

As belas e trágicas histórias que nos contam os antigos moradores de São João Marcos e seus descendentes e sua incrível atualidade moveu as autoras deste artigo a se embrenharem nas teias desta complexa memória, pelos campos da História (Paula, 1995) e da Geografia (Soares, 1997)⁵. Os principais motivos de nossas angústias estão traduzidos na prática adotada pelo setor elétrico em 1940 e que ainda se mantém. Ainda que promovida por diferentes atores (empresas estatais e privadas), tendo como alvo diferentes grupos atingidos e diferentes formas de apropriação do espaço, persistem as compras de terras promovendo a especulação imobiliária, as interferências na vida política da região, as ameaças às relações de vizinhança e dos habitantes com o espaço vivido. E o processo de reassentamento, que não aconteceu em São João Marcos, mas ocorreu em outros locais, ignora, ainda, de forma sistemática a opinião e as diferenças étnicas e culturais dos grupos atingidos.

A história de São João Marcos, para além dos marcos regionais, revela alguns dos grandes embates travados entre os interesses locais, nacionais, também conflitantes entre si, e estrangeiros. De um lado, a população marcossense, de outro, o atendimento à demanda crescente de energia elétrica e do abastecimento de água para o Distrito Federal e, ainda, a política cultural do Serviço de Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional (SPHAN), que se voltava à busca das *raízes nacionais*, expressas em diferentes elementos da cultura material. Permeando e incrementando estes conflitos, encontravam-se os interesses estrangeiros – representados pela Companhia Light.

O exemplo de São João Marcos é pertinente para questionar a condução das políticas “públicas” no Brasil. Foi a primeira cidade brasileira a ser destruída por uma obra de engenharia, para formar um reservatório que tanto forneceria água para a geração de eletricidade na Usina de Fontes, com capacidade instalada de 154 MW em 1943, quanto para o abastecimento do Distrito Federal⁶.

Pode-se dizer que ali surgiu a primeira manifestação de um grupo contra a destruição de uma cidade por uma barragem para a geração de energia elétrica. Embora destituída de força econômica e política, setores da população reagiram. Contudo, não houve, por parte

⁵A interdisciplinaridade que procuramos exercitar neste artigo é fruto de uma grande amizade surgida em função de nossos encontros para tentar “desvendar” as tramas envolvidas na destruição da cidade. Daí em diante, por trajetórias diversas, continuamos acompanhando os impactos sociais de barragens e, no caso de Daniella, estudando um outro caso, imensamente dramático, que foi a destruição de Sete Quedas, para a construção do grande projeto Itaipu, consolidado em Soares, 2001.

⁶ Ainda hoje, em época de estiagem, com o comprometimento do reservatório do Guandu, a Companhia Estadual de Águas e Esgoto – CEDAE – recorre à água “limpa” do lago de Lages para abastecer a cidade do Rio de Janeiro.

do grupo, a constituição de uma entidade representativa e a resistência não se revelou forte o bastante para impedir o processo de destruição. Prevaleceu a arbitrariedade da Light e a autoridade do Governo Federal e Estadual, inibindo os laços que mantinham os marcosenses ligados entre si e com aquele espaço.

Nesses sessenta anos, os grupos atingidos se organizaram. Movimentos surgiram, como o Justiça e Terra, em Foz do Iguaçu, reagindo contra a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Hoje, o Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens – MAB – representa a luta de vários grupos atingidos por todo o território brasileiro⁷. No noroeste do estado do Rio de Janeiro, um exemplo de atuação do MAB é a organização dos moradores da cidade de São Sebastião do Paraíba, em Cantagalo, vale do rio Paraíba do Sul. Depois de quinze anos, o projeto da Usina de Itaocara volta à cena, capitaneado também pela Light.

Novos atores, velhos conhecidos. São João Marcos viveu um último suspiro que durou cerca de quarenta anos até ser totalmente destruída. Ficou submersa somente por um verão. São Sebastião do Paraíba vive aquele que parece ser seu último suspiro há quinze anos ...

Que lições podem ser tiradas da morte anunciada de São João Marcos? Objetivamos, neste artigo, tratar de alguns dos principais momentos deste episódio, ressaltando a sua condução pelos diversos atores políticos (Estado, Light e lideranças regionais), bem como a resistência dos moradores. Enfatizaremos, ainda, aspectos relacionados à persistência da lembrança, motivo pelo qual esta trágica história se faz ainda conhecer. Por fim, anunciamos algumas semelhanças entre o ocorrido com São João Marcos e a cidade de São Sebastião do Paraíba que se encontra sob a mesma ameaça de destruição.

São João Marcos e a destruição anunciada

O núcleo inicial de São João Marcos surgiu em 1739, graças à abertura dos caminhos ligando as províncias do Rio de Janeiro, São Paulo a Minas Gerais. Em 1811, a freguesia, até então ligada a Resende, tornou-se a Vila de São João do Príncipe. Em 1890, a vila foi elevada à categoria de cidade, com a denominação de São João Marcos.

As vilas de São João do Príncipe, Resende, Rio Claro e Pirai foram grandes produtoras de café. Somente na primeira, a cafeeicultura ocupava, em 1797, cerca de cinco mil alqueires. Entre 1840 e 1889, havia 150 lavradores de café, com uma produção total de

⁷ Para uma visão geral das lutas e organizações dos atingidos por barragens no Brasil, cf. Vainer, 2004.

382.800 arrobas. O café ali reunido era escoado por Mangaratiba, grande centro comercial da época (Dantas, 1934). Desses anos, a cidade herdou a arquitetura colonial, estampada nos seus casarios, nas igrejas e nas fazendas. Passado o “boom” cafeeiro, a região entrou em processo de decadência econômica, sobrevivendo através de pequenas produções para consumo interno e para exportação regional, além da pecuária extensiva.

Em 1905, a empresa The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Co. Ltd., começou a construção da Usina de Fontes, sua primeira grande hidrelétrica, no município de Piraí, represando e desviando o curso de vários rios para formar a represa do Ribeirão das Lages. A primeira etapa da Usina de Fontes foi concluída em janeiro de 1907 e a energia produzida foi empregada na iluminação pública e residencial do Rio de Janeiro e na tração de bondes.

O armazenamento de água do Ribeirão das Lages foi inicialmente conseguido com a construção de uma barragem no local denominado Salto, se estendendo de Piraí até Rosário, próximo a São João Marcos. Aos poucos, as águas do reservatório foram se aproximando do território do município de São João Marcos, inundando cada vez mais terras e expulsando os agricultores. Em 1909, com o aumento de alagadiços e com a conservação insuficiente da represa, a malária alastrou-se numa grande epidemia. Muitas pessoas morreram (770 óbitos registrados em 1910), outras fugiram, abandonando casas e terras. A população do distrito de São Sebastião do Arrozal foi quase totalmente dizimada pela malária. A sede do distrito foi abandonada e seu casario ruiu com a ação do tempo e do abandono. A Igreja de São Sebastião foi incendiada. Este foi um dos primeiros locais a submergir nas águas do Ribeirão das Lages.⁸

Em 1910, a potência da usina foi novamente acrescida. Desta vez, o recurso utilizado foi a construção de uma barragem no leito do rio Piraí, no local denominado Tocos. Este reservatório foi construído desviando-se o rio Piraí de seu curso normal, através de um túnel de 8.430 metros, desembocando no local denominado Rosário. As obras de abertura do túnel estenderam-se de 1911 a 1913.

Nos municípios mais atingidos, Rio Claro e São João Marcos, o mapa territorial foi praticamente redesenhado, em função das inúmeras compras de terras pela empresa. A cidade de São João Marcos foi literalmente ilhada.

⁸ Encontra-se ainda submerso, no local denominado “Barra”. É freqüentemente confundido com São João Marcos, pois, como o local foi inundado sem a prévia destruição das casas, com a estação seca, alguns telhados ficam à mostra e aí, o desconhecimento da história faz aqueles mais desavisados pensarem que lá se encontram as ruínas de São João Marcos.

Enquanto São João Marcos definhava⁹, o Rio de Janeiro crescia. Desde a década de 20 havia crescente demanda para o aumento da geração de energia, acompanhando as tendências do processo industrial ainda incipiente.

Aos poucos, a Light conseguiu controlar todo o potencial energético do vale do Paraíba, incorporando pequenas empresas concessionárias de serviços de energia elétrica. De 1920 a 1934, a empresa adquiriu oito usinas nesta região. Dessa forma, o grupo Light estendia seus domínios a todo o vale do Paraíba, paulista e fluminense.

Além do fornecimento de energia elétrica, a Light passou a fazer a canalização para a distribuição de água à Capital Federal. Em 1934, houve intensos debates centralizados pelo Clube de Engenharia acerca do problema da falta de água no Rio de Janeiro. O abastecimento era feito por pequenos mananciais de bacias reduzidas ou de cursos vindos das montanhas e as inconstâncias atmosféricas e os períodos de estiagem levavam a graves crises de abastecimento. A solução apontada era a adução de grandes mananciais, garantindo o abastecimento da cidade até nas estiagens.

Os dois grandes mananciais existentes eram o do rio Paraíba e o do Ribeirão das Lages, ambos explorados pela Light. No entanto, não se cogitava que o abastecimento fosse feito pelas águas do rio Paraíba, alegando-se que eram poluídas e tendiam a piorar, devido à ocupação do vale. Além disso, o custo seria ainda mais elevado do que o mesmo processo no Ribeirão das Lages.

Feita a avaliação de custos financeiros e de viabilidade por membros do governo e engenheiros, ficou decidido que a água que abasteceria o Rio de Janeiro seria a da Usina de Fontes. Esta decisão foi contestada por alguns membros do Clube de Engenharia, sob as seguintes alegações: a) as águas não eram potáveis; b) na área inundada pela represa havia muita madeira e dois cemitérios submersos; c) os esgotos de São João Marcos, Arrozal de São Sebastião e das populações ribeirinhas eram despejados na represa; d) após às 18 horas havia a contaminação das águas pelo óleo das turbinas; e) a filtração da água era insuficiente; f) as águas de Fontes eram calcáreas.

Devido ao impasse, o Clube designou uma comissão para inspecionar o local e fazer nova avaliação. A comissão concluiu que a água saída das turbinas era potável, mas havia grandes problemas quanto aos dejetos jogados na represa pelas populações vizinhas. Para isto apontaram algumas soluções:

⁹ Entre 1898 e 1922, houve um decréscimo populacional de 18 mil para 7.400 habitantes.

Nas margens do açude o foco de ameaça de poluição mais sério é constituído pela cidade de São João Marcos, cujos despejos são lançados no corrego das Araras, que do açude é tributário. Entretanto, a população da cidade diminui accentuadamente; as suas águas servidas poderiam ser collectadas e jogadas na vertente opposta ou tratada antes do despejo no açude (...) Outra solução, e esta mais radical, seria a desapropriação da cidade, cujo número de casas habitadas não attinge a duas dúzias (Revista do Clube de Engenharia, 1934: 163, grifos nossos).

É interessante notar neste parecer a sutileza das observações. Embora no final reconhecesse a radicalidade de uma eventual destruição da cidade, também desqualificava o espaço urbano e seus habitantes. Não se questionava, por exemplo, os efeitos da represa sobre a vida da população. Ao contrário, a população é que era considerada como um entrave. Estes acontecimentos permitem concluir que a atuação da Light na região tinha amplo respaldo nos meios técnicos decisórios mais influentes do Rio de Janeiro.

A questão foi resolvida através de estudos que comprovavam o processo de autopurificação natural da água nos açudes. Ainda afirmavam, no entanto, que o único foco de contaminação era São João Marcos, que, apesar da "*reduzidíssima população, póde, pelo lançamento das aguas fecaes e mesmo das aguas pluviaes da cidade, poluir o açude nas visinhanças daquelle nucleo*" (Revista do Clube de Engenharia, 1934: 170). A cidade continuava atrapalhando, numa ótica inversa à dos habitantes da região.

Joaquim Breves, engenheiro, membro da família Breves de São João Marcos e que morava no Rio de Janeiro, protestou contra as decisões e os projetos de seus colegas do Clube. A cidade, a seu ver, precisava de ajuda para se desenvolver e não para ser extinta. E argumentava com um exemplo:

ahi está para estimular-lhe a fé, o exemplo da baixada fluminense, pestilenta e deserta, a renascer de suas ruínas, fadada a tornar-se o celeiro desta grande capital, com os melhoramentos projectados e outros já em execução, e no próprio rio Guandú, que é o mesmo rio das Lages em seu curso inferior (Revista do Clube de Engenharia, 1935: 776).

No início da década de 30, a Light havia começado a incentivar a discussão de projetos mais efetivos de expansão da represa. Os argumentos que a empresa, as autoridades governamentais e alguns jornais do Rio de Janeiro utilizavam para justificar a necessidade de destruição completa da cidade eram: a) a necessidade urgente de ampliar o abastecimento de água para a cidade do Rio de Janeiro, então Capital Federal, que se abastecia com pequenos mananciais que não mais atendiam às necessidades do consumo; b) ampliar a capacidade de geração de energia elétrica no estado, motor fundamental da industrialização.

A Light, também chamada de “polvo canadense” pela imprensa carioca, se beneficiava do fato de ser a principal empresa de fornecimento de eletricidade, dos serviços de bondes, ônibus, telefones e gás do Rio de Janeiro, influenciando, fortemente, assim, a aprovação de seus projetos e a vitória de seus interesses. No caso do abastecimento de água, as dificuldades foram logo superadas por conta da urgência da melhoria da sua distribuição no Distrito Federal. A Usina de Fontes tornava-se duplamente importante: pelo fornecimento de energia elétrica e pelo fornecimento de água. O vale do Paraíba concretizava-se como território de exploração da Light e de profundo interesse do governo federal. Estes são fatores considerados fundamentais para o entendimento da atuação da empresa na região e para a destruição de São João Marcos.

Essa questão obteve ainda maior repercussão na imprensa fluminense quando, em maio de 1939, o SPHAN tombou a cidade na tentativa de preservá-la da destruição. A situação se polarizava: de um lado o Governo Federal, Estadual e a Light defendiam a necessidade do desaparecimento da cidade; de outro lado, o departamento cultural do Estado, lutava de todas as formas possíveis para a sua preservação, considerando-a Monumento Histórico Nacional.

A decisão do tombamento aconteceu num período em que o SPHAN tentava sua afirmação e a consolidação de uma política de preservação cultural, buscando criar uma consciência de preservação do patrimônio cultural do país, até então pouco desenvolvida. Nesse sentido, era enfatizado o tombamento dos monumentos de pedra e cal, devido à sua *visibilidade física na história oficial* (Falcão, 1989: 29). O fato de São João Marcos apresentar uma arquitetura remanescente dos séculos XVIII e XIX, e ter sido local de nascimento de alguns personagens considerados ilustres na história do país, como o ex-prefeito Pereira Passos, o ministro da Justiça Ataulpho de Paiva, o escritor Alfredo Pujol, fazia com que, apesar de não ser mais economicamente significativa, fosse considerada pela sua importância histórica.

Outro importante fator contribuiu para a decisão do SPHAN: a pressão de uma parcela da opinião pública favorável à preservação da cidade. Afinal, embora os argumentos do progresso fossem sedutores, era a primeira cidade no Brasil a ser destruída por um projeto hidrelétrico e por uma empresa que não era muito simpática à opinião pública. A Light já trazia um histórico de oposição desde o início do século, quando chegou ao Rio de Janeiro.

Apesar dessa cisão no aparelho decisório do Estado, entretanto, ganhou a facção com maior poder. A Light ameaçava boicotar o setor elétrico, reduzindo ainda mais a geração

de energia, caso seus planos não fossem atendidos. O projeto era elevar a cota da barragem de Salto de 404 para 423 metros, o que acabou sendo autorizado pelo Governo Federal em 1940. O poderio que a Light representava naquela época e nos projetos governamentais de industrialização a favoreceu neste processo. Vejamos: até 1930, o Estado pouco interveio no setor elétrico. A partir de então, o Estado intervém progressivamente no setor, na tentativa de controlar a área de geração e distribuição de energia elétrica, principalmente através do Código de Águas, promulgado em 1934.

Em represália a essas medidas do Estado, as grandes empresas deixaram de atender à demanda energética, não ampliando suficientemente seu parque gerador e causando um *déficit* na economia do país. Em função dessa pressão, o governo acabou cedendo e rompendo alguns princípios básicos do Código de Águas, principalmente aqueles destinados a regulamentar a atuação e restringir a expansão das grandes empresas do setor elétrico no Brasil. A destruição de São João Marcos é um episódio sintomático de todo este processo: sob o argumento da necessidade de aumentar a capacidade energética do país e fornecer água para a Capital Federal, a cidade deveria desaparecer.

Em 1939, já sob o Estado Novo, Getúlio Vargas resolveu “destombar” a cidade, desconsiderando a decisão do SPHAN e as reivindicações dos marcossense¹⁰. O decreto-lei nº 2.269, de 03/06/39, autorizava a desapropriação de terrenos, prédios e quaisquer benfeitorias que fossem inundadas pelos remansos da Light. Numa época autoritária, decisões desse porte tinham um peso decisivo na vida do país e representavam a impossibilidade de retrocesso. A população, vencida, não teve outra saída senão a de se submeter às decisões federais executadas pela Light.

Memória e reação à destruição

A população da cidade não aceitou passivamente a destruição. Em sua luta teve como líder principal Luís Ascendino Dantas, funcionário público estadual aposentado, chefe político local na década de 20, mas já afastado da vida pública. É interessante observar que representantes das duas principais facções políticas de São João Marcos foram também os autores de memórias históricas da região¹¹.

¹⁰ Segundo Malhano (2002: 180 – 182), Lúcio Costa foi o técnico responsável pelos pareceres relativos ao tombamento da cidade de São João Marcos e da igreja de S. Pedro dos Clérigos (construída em 1733 e destruída em 1944 devido à construção da Av. Presidente Vargas), ambas com os respectivos tombamentos cancelados. Todas as tentativas de preservação destes e de outros monumentos foram solenemente desconsideradas pelo governo federal. O esforço do SPHAN perdia-se em nome do “progresso”, segundo a autora.

¹¹ Luís Ascendino Dantas fora oficial de gabinete durante o governo Feliciano Sodré e fiscal de imposto de consumo, em Niterói. Embora continuasse influente na política em São João Marcos, passou a viver em Niterói, militando, primeiro, contra a extinção do município e depois, contra a destruição de sua sede. Escreveu artigos e livros sobre a cidade, proferiu conferências e liderou abaixo-

Os moradores relembram, sob a ótica de suas versões particulares, tragédias pessoais e familiares ligadas ao episódio. Eles sabiam que, de fato, a cidade não precisaria ter sido destruída devido à prova irrefutável da ausência, até hoje, de águas na maior parte do território da cidade¹². Os marcosenses oferecem, em seu discurso, um contraponto à versão oficial e ao argumento da modernização. Ainda que alguns depoentes lamentem a destruição da cidade, entendem que a causa do abastecimento da cidade do Rio de Janeiro sobrepuja-se aos interesses de sua própria comunidade. Um dos pontos comuns a todos é a emoção, o silêncio e, é claro, a revolta, ainda maior porque, segundo eles, a cidade só foi submersa uma única vez, “*um único verão*”¹³. Para a Light, o custo do alagamento das terras de São João Marcos, mesmo contando os de sua destruição, foi inferior a qualquer tipo de obra complementar para conter o rio dentro de seu leito¹⁴.

O movimento de saída da cidade começou no início do século, com a chegada da Light, e acelerou-se no decorrer da década de 30, quando começaram a chegar notícias da verdadeira intenção da empresa. Muitos resistiram e só saíram quando já não havia mais como permanecer na cidade. Com a desapropriação decretada, os moradores tentavam salvar suas propriedades e perder o mínimo possível. Baseados nas relações que a Light mantinha com a população da região, os moradores intuía que não haveria intenção alguma de indenizar os proprietários pelo valor de mercado de suas propriedades.

A reação à imposição de que as pessoas deveriam abandonar a cidade se deu de várias formas, seja pelos manifestos liderados por Ascendino Dantas, nos protestos na cidade ou até mesmo pela recusa de alguns moradores em sair, indo morar nas proximidades da cidade, que era destruída aos poucos.

Em 1940, chegaram as primeiras notícias do alagamento iminente e em 1941 a cidade começou a ser definitivamente desocupada. As demolições começaram numa Quinta-Feira Santa. A população se organizou numa passeata de protesto, saindo pelas ruas carregando cartazes. Um deles dizia: “*somos quatro mil e seiscentos brasileiros e não queremos desaparecer*”¹⁵. A maioria das casas era demolida a golpes de marretas. Assim

assinados contra a destruição. Também foi o autor do pedido de tombamento da cidade ao SPHAN. Morreu antes do início das obras de demolição da cidade. Oswaldo de Assumpção Rego Filho, ex-tabelião em Mangaratiba e ex-diretor da Biblioteca Pública de Niterói, é também membro do Instituto Histórico Fluminense, tendo artigos publicados e um livro inédito sobre a história de São João Marcos.

¹² As autoras entrevistaram ex-moradores de São João Marcos, em épocas diferentes. Seria muito extenso especificar as diferentes metodologias, por isso, optou-se em somente identificar os depoentes, todos idosos, à medida que as falas aparecem. De forma geral, houve resistência a falar sobre essa história: muitos se recusaram, pois foi freqüente a “aparição” de pesquisadores, que coletavam os depoimentos e depois sumiam, sem retornar com o trabalho pronto e com a apropriação de suas falas.

¹³ A Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro dispõe, em seu acervo, de duas fotografias de São João Marcos que merecem atenção. Ambas foram retiradas do mesmo ângulo: uma mostra o núcleo urbano de São João Marcos; a outra, o mesmo lugar coberto pelas águas do reservatório.

¹⁴ CNAEE – Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, Processo 2428.06. 1946.

¹⁵ Citado por Barbosa, 1954: 82.

que as famílias saíam, vinha uma turma de trabalhadores para destruir as casas. As pessoas só podiam levar os móveis da casa e nada mais. A Light fornecia o caminhão para a mudança. Depois da demolição, os operários incendiavam o material dos prédios e o que sobrava era jogado na represa.

Segundo Sr. Antônio Pedro, que trabalhou na Light de 1946 até sua aposentadoria em 1987, as pessoas só saíam da cidade nos últimos momentos. Indagado se chegou a presenciar as cenas da destruição, dizia que não, mas sabia que eles demoliram e... “*enchiam os carros, por exemplo de telhas e despejavam até dentro d’água*”. Afirma que não houve “violência”, no sentido de

tirar as pessoas propriamente de dentro das casas, não. Porque as pessoas foram se desanimando por si próprias, porque foi acabando o movimento. A Companhia veio, comprou, indenizou...e aqueles que vendiam iam se mudando pra outro local. Iam pra Piraí, Mangaratiba, ou vinha pra Rio Claro. Então, as pessoas foram procurando se localizar. Violência propriamente dita, não...¹⁶.

O caso de demolição mais traumático foi o da Igreja Matriz. Havia duas igrejas na cidade, uma era a antiga capela pertencente à irmandade de Nossa Senhora do Rosário, de 1840, um pouco afastada do centro, já na saída da cidade (dela, ainda restam algumas ruínas). Foi construída e freqüentada pelos negros no tempo da escravidão. A Matriz, localizada no centro da cidade, era muito rica por dentro, toda decorada em ouro. Sua construção havia sido iniciada em 1796 em louvor a São João Marcos e terminada em 1801. Sua arquitetura trazia influência maneirista, típica daquela empregada pelos jesuítas, e barroca. A fachada principal era caracteristicamente maneirista, com as torres já evoluindo para o barroco, decoradas com quatro pináculos e azulejos portugueses. Sua construção era tão sólida que os recursos “normais” utilizados para as outras demolições não foram suficientes. A Light contratou um especialista, morador de Rio Claro, para dinamitá-la, pois seus operários se recusaram a fazer o serviço.

A memória religiosa é muito presente; a destruição da igreja ficou marcada como um sacrilégio, uma profanação. Outro problema foi o destino das imagens e objetos da igreja. Em dois depoimentos pudemos cruzar informações acerca do transporte de alguns bens da igreja. Sr. Benedito transportou, num batelão, os santos de São João Marcos até o local denominado Salto, onde havia um caminhão esperando para levá-los para um depósito. Conta que, no meio da represa, pegaram uma tempestade e tiveram que encostar a embarcação para esperar a tempestade passar. Segundo ele, isto teria ocorrido em 1944¹⁷.

¹⁶ Depoimento de Antonio Pedro de Souza (“Seu” Guedes), em janeiro de 1993, em Rio Claro. (Paula, 1994).

¹⁷ Depoimento de Benedito Cornélio de Araújo, em janeiro de 1993, em Rio Claro. (Paula, 1994).

A chegada das imagens em Passa Três, é lembrada por D. Cidinha:

“quando passaram uns dias que eu estava aqui, aí chegou os santos [...] fomos esperar lá na entrada, era uma noite chuvosa... Me lembro do Senhor dos Passos, o cabelo dele, Nosso Senhor, tudo natural, né? Tudo molhado, todo escorrido... As imagens toda molhada [...] cheia de lama ...”¹⁸

No cenário da destruição, as casas iam desaparecendo e ficando os “buracos” nos espaços, as pessoas se espalhando, “*indo para seu destino*”, como disse D. Ângela¹⁹.

Quanto à indenização, todos os depoentes concordam que era irrisória, como afirma D. Cidinha:

a Light indenizou, recebeu, aí tinha que sair imediatamente... saía para Mangaratiba e não dava para comprar nem um rancho, né? As pessoas mais pobres que não, que não conseguiram sobreviver morreram, né? E..., quando não morreram de fome, de coisa, morreram até de paixão. E ... foram embora, né?²⁰

Considerando a decadência econômica da cidade, aliada à situação de área em extinção, completamente desvalorizada, pode-se supor, concordando com D. Cidinha, que a indenização seria ínfima para adquirir um imóvel em qualquer outro local. Tudo isso reforça a idealização da cidade, já que o recomeço da vida em outro local não deve de ter sido fácil. Segundo Ecléa Bosi, “*mudança e morte se equivalem para o idoso*” (Bosi, 1992: 148).

o enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. Participação natural, isto é, que vem automaticamente do lugar, do nascimento, da profissão, do ambiente. Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. Precisa receber quase que a totalidade de sua vida moral, intelectual, espiritual, por intermédio dos meios de que faz parte naturalmente (Weil, 1996: 411).

Quando o desenraizamento ocorre à revelia dos sujeitos, imposto por um poder acima de suas forças, esfacela-se, também, uma parte de sua identidade. A perda da convivência com os amigos e parentes, equivale à própria morte. Ainda segundo Ecléa Bosi, na trilha de Simone Weil:

o desenraizamento é uma condição desagregadora da memória: sua causa é o predomínio das relações do dinheiro sobre outros vínculos sociais. Ter um passado, eis outro direito da pessoa que deriva do seu enraizamento. Entre as famílias mais pobres a mobilidade extrema impede a sedimentação do passado, perde-se a crônica da família e do indivíduo em seu percurso. Eis um dos mais cruéis exercícios da opressão econômica sobre o sujeito: a espoliação das lembranças (Bosi, 1987: 362).

¹⁸ Depoimento Iracildes Coelho Pena da Rocha (D. Cidinha), em fevereiro de 1993, em Passa Três. (PAULA, 1994).

¹⁹ Depoimento de D. Ângela Medeiros de Souza, em fevereiro de 1993, em Rio Claro. (Paula, 1994).

²⁰ Depoimento de D. Cidinha Pena. (Paula, 1994).

Com a destruição da cidade, o sentimento de perda era evidente. Todos os depoimentos ressaltam o clima de revolta de todos os habitantes. Segundo os depoentes, até os funcionários da Light eram contra a demolição. As vozes e as ordens a favor pareciam vir de muito longe, de um poder que ninguém alcançava. Na avaliação atual, porém, alguns depoentes, como o Sr. Wilson, entendem que havia a necessidade de abastecer o Rio de Janeiro: *“pra dizer a verdade, eu me transporto para aquela época, né? Evidentemente que eu não posso comparar a situação daquela época com os dias que vivemos, né? Para aquela época, a solução seria aquela, infelizmente, apesar de eu ser marcossense”*²¹.

Lamentando o acontecido, mas também entendendo as razões da época, Sr. Antônio afirmava: *“... não é por causa de uma pequena cidade que a capital ia ficar sem abastecimento de água e de luz”*²².

Tanto Sr. Antônio quanto Sr. Wilson não somente entenderam como justificaram a decisão da Light e do Governo Federal. D. Cidinha, ao contrário, munida de uma grande admiração por Ascendino Dantas, defende-o até hoje: *“(...) a luta era dele... os que puderam ajudar não ajudaram. Todas as esperanças do povo, inclusive até minha, nossa, lá de casa, era o Seu Luís Dantas”*²³.

A opção pela destruição total da cidade, inclusive da Igreja Matriz, também pode ser analisada como a construção de um impedimento para que as pessoas retornassem às suas antigas casas²⁴. Pôr a cidade abaixo significou uma tentativa de destruir os laços que mantinham aquele grupo aquele espaço.

A memória se auto-constrói, mas também é imposta, enquadrada, quando interesses conflitantes estão em jogo. Daí é possível entender as diferentes concepções e aceitações da destruição de São João Marcos na voz de seus antigos moradores. A memória oficial fez a sua própria clivagem, legitimando a atuação dos interesses dominantes no episódio. Seus pressupostos foram absorvidos como verdade por uma parcela da população, mas ela não foi capaz de convencer a todos, propiciando a latência da memória.

Mesmo ocorrendo a dispersão do grupo, o que se percebe ao conversar com cada marcossense é que há ainda uma forte identidade entre cada um deles com relação aquele espaço vivido. A preservação dos lugares simbólicos, a transmissão da memória, de uma

²¹ Depoimento de Wilson Itamar de Oliveira Coelho, em abril e em maio de 1993, no bairro da Tijuca, Rio de Janeiro. (Paula, 1994).

²² Depoimento de Antônio Pedro de Souza. (Paula, 1994).

²³ Depoimento de D. Cidinha Pena. (Paula, 1994).

²⁴ CNAEE, Processo 1655.02. 1940-41.

experiência comum vão garantir a manutenção da identidade do grupo. No caso de São João Marcos a realização da Festa do Padroeiro²⁵, as visitas às ruínas e ao Cemitério, feitas especialmente pelo grupo da cidade, são indicadores da relação memória/ espaço, patrimônio/ identidade.

Para Essus, a memória coletiva é a reconstrução de narrativas individuais a partir de um enquadramento coletivo, guardando os determinantes temporais e espaciais como elementos fundamentais em tal processo.

Desta forma, entende-se por memória coletiva o passado que se perpetuou e ainda vive na consciência coletiva. A base comum das memórias individuais é consubstanciada tanto pela compreensão comum dos símbolos e significados (transmitidos pelos objetos de memória e pelas noções de comunhão que os membros do grupo familiar compartilham, ao se reconhecerem em tradições e valores socialmente aceitos como válidos), como o sentimento de realidade, transmitido pela caracterização espaço/temporal das lembranças; sentimento este, na maioria das vezes, disponível, ou através da própria visita aos lugares, ou através de eventos significativos (Essus, 1995: 104).

Mas muitos nunca mais voltaram a São João Marcos. Alguns, os mais velhos, diz-se, morreram de paixão. Sr. Waldemar, Sr. Albertino, D. Ângela voltaram muitas vezes. Iam a cavalo, levavam os filhos. Com o passar dos anos e a idade se fazendo notar, aumentaram as dificuldades e as visitas foram se tornando raras ...

D. Cidinha lembra que em dia de Finados costumava ir muita gente ao cemitério visitar seus mortos. Na destruição da cidade, um dos cemitérios foi removido para o alto de uma colina. Os túmulos que ainda podiam ser identificados mantiveram-se individuais. Aqueles que, pelo tempo, não tinham condições foram agrupados num túmulo coletivo²⁶. Quanto ao outro cemitério, ainda permanece no mesmo lugar, atrás das ruínas da I. Nossa Senhora do Rosário.

Depois da barragem, observa-se uma nova forma de apropriação do espaço. A função que se sobressai é a simbólica, como lugar de rememoração do grupo. É D. Cidinha que nos dá conta deste novo uso do espaço. Nas idas às ruínas, ela fazia piqueniques: *“Eu ia almoçar lá na minha casa. Aí, fazíamos comida e almoçávamos. Aí tem a rua da Palha, minha casa era a da esquina. Então, abria a toalha ali, a gente sentava e comia ali”*²⁷.

²⁵ Pelo menos até meados da década de 90, a Festa do Padroeiro era organizada pelos moradores da localidade do Macundu (a “nova” São João Marcos) e pela Prefeitura de Rio Claro. Contava, também, com a participação de ex-habitantes de São João Marcos, inclusive aqueles que foram para a Fazenda Rubião, em Mangaratiba, e que cuidavam da imagem do Santo.

²⁶ Em 1990, este cemitério teve seu muro reformado pela Prefeitura de Rio Claro que permanece como responsável por sua preservação. Entretanto, como o resto das ruínas, o cemitério vem sofrendo não só a ação do tempo mas também a ação de “predadores”, pessoas que terminam por destruir o que restou das ruínas de São João Marcos.

²⁷ Depoimento de D. Cidinha, em outubro de 1995, em Passa Três, Rio Claro, RJ. (Soares, 1997).

Ainda no depoimento de D. Cidinha, encontramos a mais íntima relação entre os marcossenses e o espaço vivido.

Eu sai de lá com dezesseis anos. Eu identifico a cidade perfeitamente, lembro direitinho, até os defeitos da rua. Mas todo marcossense lembra ...

Quando teve a missa, teve uma procissão, foi na gestão do Raul. O São João Marcos veio, chegou de barco. Menina, mas foi tão emocionante. Eles se abraçavam e choravam (choro). É emoção! (...)

Eu não sou filha de lá, mas os filhos de lá, que nasceram e se criaram debaixo daquele céu (...) ela [S. João Marcos] tá viva no coração de cada um ...

Para este grupo, tal como assinala Halbwachs (1990: 143), a reconstrução do espaço vivido se dá através da memória. *“É sobre o espaço, sobre o nosso espaço (...) que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças”*.

Muitas sugestões apareceram para que se reconstruísse a cidade em outro local. A solução aceita foi a localidade de Rubião, situada a 14 km de Mangaratiba e a 2 km da antiga estrada Mangaratiba – São João Marcos. A Light prometeu transportar e realocar os habitantes mais pobres. A igreja seria reconstruída, seus santos e altares reconduzidos para Rubião. No entanto, somente em 1954 é que houve a doação efetiva para o Estado de 9 ha para assentar cerca de 80 famílias no Rubião. Através de um processo de grilagem, foram expulsas para outros terrenos, até restarem somente 10 famílias espalhadas pela região²⁸. Esta situação, depois de as famílias passarem ainda por outros processos de expropriação e de conflitos de terras, só foi parcialmente resolvida em 1989, no âmbito estadual, pela Secretaria de Assuntos Fundiários²⁹.

A reconstrução da Igreja Matriz também não foi realizada. Segundo o jornal *O Prelo*, em 1946 foram gastos 160.000 cruzeiros para a construção de uma tosca capela na Serra do Piloto, onde estaria parte da comunidade de São João Marcos. O projeto de reconstrução da matriz, de fato, nunca saiu do papel³⁰.

Para os marcossenses, a destruição de São João Marcos é um marco de vida. Existe um “antes” e um “depois” da barragem. Paula (1994) constata que a mudança e os acontecimentos posteriores à saída de São João Marcos são, muitas vezes, relacionados a perdas, rupturas, dificuldades financeiras e até afetivas. Deste modo, o *antes* da barragem é tomado como a melhor época da vida deste grupo, talvez, também, pela idade que tinham; eram adolescentes ou jovens. Há, sem dúvida, uma idealização do passado, o que não

²⁸ Em 6 abril de 2003, a Fazenda Rubião foi citada em reportagem no jornal O Globo sobre bens que estão sob arresto judicial.

²⁹ Rio de Janeiro (Estado), 1991.

³⁰ O Decreto 5.739 livrou a Light da obrigação da reconstrução. A empresa pagou uma indenização no valor de 600 mil cruzeiros para as obras a uma Comissão. O dinheiro desapareceu. Cf. Uma Casa de Cultura no coração da serra. O Prelo, nov. 1990, p. 14.

destitui de interesse as lembranças de São João Marcos que indicam, para além dos laços materiais com aquele espaço vivido, a ruptura com os laços afetivos. Para Frémont (1980), o espaço vivido participaria na promoção da idéia da felicidade. O refugio no espaço do passado serviria de escape às durezas do espaço presente. “A idade do ouro estaria assim sempre atrás de nós” (Frémont, 1980: 244).

Considerações Finais

O território de São João Marcos encontra-se aberto à visitação a maior parte do ano em sua quase totalidade, mostrando as poucas ruínas da cidade que lá existiu. O centro urbano nunca é inundado³¹. Mediante solicitação da Prefeitura de Rio Claro, fruto de um grande movimento na região, no início da década de 90, as ruínas e a Ponte Bela³² foram tombadas provisoriamente pelo INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. Vale a pena, ainda, destacar o parecer do Conselheiro José Pardal:

Impõe-se o tombamento definitivo da Ponte Bela e das ruínas de São João Marcos, com o principal objetivo, no plano estadual, de preservar a memória de um fato lamentável: a inútil destruição da parte daquela vila que não chegou a ser inundada. Atende ainda este tombamento, no plano municipal, à justa aspiração da população local em ver preservados os vestígios do seu opulento passado, facilitando inclusive ao município de Rio Claro a futura urbanização de sítios onde se situam as ruínas mais significativas, para uso público.³³

O tombamento definitivo, entretanto, não foi realizado. Muitos antigos moradores, recolheram pedras e outros vestígios. Não para construções, propriamente ditas, mas como lembrança. À entrada da casa de D. Ângela, por exemplo, tem, destacada, uma pedra de São João Marcos...

A “apropriação da causa” pelos *construtores de memória*, seja em 1939, pelo SPHAN ou em 1990, pelo INEPAC, leva a crer que a memória de São João Marcos extrapolou o circuito local, transformando as ruínas da vila em lugar simbólico não só para os antigos moradores como também para os *estrangeiros*.

Segundo Nora (1984), o patrimônio arquitetônico, as paisagens, as datas e personagens históricas, as tradições e os costumes, o folclore, a música podem ser vistos como *lugares de memória*. Ainda para este autor, a memória estaria enraizada no concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto. Neste sentido, não só o tombamento de 1939,

³¹ Fotos da cidade e das ruínas encontram-se em Soares, 1997.

³² Essa ponte, periodicamente inundada, estava no caminho da Estrada Imperial, que ligava São João Marcos ao Porto de Mangaratiba. Sua história está ligada ao “rei do café”, o Comendador Breves, proprietário de várias fazendas na região.

³³ Parecer José Pardal. Rio de Janeiro (Estado). INEPAC. Departamento de Cultura. Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico. Proc. E-18/000.062/90, de 18/01/90, fl. 38. *Apud*: Soares, 1997, Anexos.

mas também o tombamento das ruínas de São João Marcos em 1990³⁴ como monumento consagram a sua constituição como *lugar de memória*.

A *cidade do lago* – como São João Marcos é conhecida nas redondezas – é única mas, ao mesmo tempo, possui uma particularidade em comum com outras cidades no Brasil e no mundo: o fato de ter sofrido as conseqüências de uma política do setor elétrico apresenta a geração de hidreletricidade como sendo “limpa”, “renovável” e “barata” e que acabou se tornando um privilegiado instrumento para a promoção do “progresso” e do “desenvolvimento”³⁵. Debaxo das águas tranqüilas de Lages, repousam um conjunto de condições e contradições políticas, econômicas e culturais que explicam a construção da trajetória deste reservatório arrastando a cidade de São João Marcos.

No documento n.º 861/46, de 2 de junho de 1946 (CNAEE, Processo n.º 2428.06), fica clara a posição do CNAEE com relação a São João Marcos e aos empreendimentos hidrelétricos de forma geral:

O Conselho não ignora - e um exemplo típico foi o da cidade de São João Marcos no caso da elevação do nível da represa de Ribeirão das Lages - que na realização de grandes obras hidráulicas sempre há interesses prejudicados, aparecendo reclamações de toda a ordem. A verdade, porém, é que não será possível sacrificar a economia de um serviço público, em detrimento de partes interessadas, ainda mais que para estas há as indenizações pelas desapropriações que sofrerem. Não seria justo que se sobrecarregassem as tarifas de fornecimento de energia elétrica, para satisfazer as conveniências e os interesses de um ou outro ribeirinho, na execução de uma obra do vulto da que nos ocupamos, ainda mais que o já transcrito art. 143 assegura aos ribeirinhos uma série de medidas acauteladoras, que devem ser respeitadas pelos concessionários durante todo o período da concessão ou autorização.

Segundo Paula (1994), a Light não deve ser a única responsável pela destruição de São João Marcos. A empresa agiu respaldada pelo Governo Federal. O mesmo Governo Federal que elegeu São João Marcos como *lugar de memória* ao tombá-la em 1939 e que voltou atrás, dois anos mais tarde.

Os ex-habitantes de São João Marcos não se conformaram com a destruição da cidade e nem de terem sido tratados como obstáculos ao desenvolvimento. São João Marcos e seus habitantes foram desqualificados:

³⁴ O segundo tombamento remete a uma discussão no sentido proposto por Eric Hobsbawn (1993) sobre a invenção das tradições. Para este autor, as tradições inventadas (*invented traditions*) seriam um conjunto de práticas, normalmente dirigidas por regras aceitas e de um ritual ou natureza simbólica, que buscariam solidificar certos valores e normas de comportamento por repetição, o que implicaria automaticamente na continuidade com o passado. Soares, 1997.

³⁵ Rodrigues (1999) acompanhou o processo de deslocamento compulsório dos sítiantes de Nazaré Paulista por ocasião da formação da Represa de Atibainha, integrante do sistema de abastecimento de água da cidade de São Paulo. Assim como a construção de uma barragem para geração de energia elétrica, as obras das represas para abastecimento de água reclamam uma “utilidade pública” necessária e urgente. No caso de Atibainha, entretanto, o discurso técnico foi mais além: tratou como “sujeira” os sítiantes e a infraestrutura dos sítios. Para não comprometer a água que serviria a capital, que deveria ser *limpa*, tudo deveria ser removido.

‘... sacrifica-se uma pequena cidade já sem vida, sem possibilidades de desenvolvimento, afastada de todos os centros de consumo e localizada em ponto, cuja salubridade depende de contínua e solícita vigilância; são pouco mais de 200 pessoas que vegetam e não vivem presas, não tanto por amor à terra, do que por falta de meios para se deslocarem.

(...) Por mais respeitáveis que sejam, as opiniões contrárias à concessão para o alteamento da barragem de Lages, quaisquer que sejamos fundos que se baseiam, não sendo de ordem técnica, devem ceder diante do interesse maior, que é o da Pátria. Mais alto do que o bairrismo cego, o regionalismo estreito, deve pairar o interesse patriótico, o Brasil³⁶.

A represa era vista pelos engenheiros, e também por outros atores, conforme a coleção de reportagens de jornais da época e outros tipos de documentos reunidos no Processo de São João Marcos (Pasta 183-T, SPHAN), como um belíssimo lago que serviria de atrativos para turistas. O “progresso do Distrito Federal e do Brasil” seria a compensação dada aos marcossenses.

A área do Ribeirão das Lages é hoje uma das 300 reservas da biosfera reconhecida pela UNESCO em 110 países, fruto de um trabalho de reflorestamento feito pela Light. Em situação normal, a represa contribui com 12% do abastecimento de água “limpa” para o sistema Guandu. A produção de eletricidade não é mais o seu forte³⁷. Com a entrada em operação de outras usinas do grupo Light e de outras empresas, a Usina de Fontes deixou de desempenhar papel central na geração de energia, bem como a represa do Ribeirão das Lages.

E a Light, assim, se firmava no Vale do Paraíba, onde pelo menos dois projetos hidrelétricos são de seu interesse atualmente: a Usina Hidrelétrica de Paracambi³⁸ e a Usina Hidrelétrica de Itaocara. O processo de implantação desta última indica, particularmente, algumas semelhanças com o ocorrido com São João Marcos. Os habitantes da cidade de São Sebastião do Paraíba, no noroeste do estado do Rio de Janeiro, vivem a mesma angústia, o arrastar de um drama que os marcossenses viveram 60 anos atrás. A história parece teimar em se repetir, como tragédia: São Sebastião vive, há pelo menos quinze anos, uma morte anunciada.

³⁶ SPHAN/ ARQUIVO, Pasta 119. Rodolpho Pimenta Velloso. Ref. ao Processo n.º 3.528 - DI 59/1. Doc. 2.824. Apud.: Paula, 1984: 135)

³⁷ Ver a este respeito o Jornal do Brasil, dos dias 05/07/1993 e 15/12/1993.

³⁸ A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) concedeu à Light, em fevereiro de 2001, a permissão para utilização do Ribeirão das Lages para construir a Pequena Central Hidrelétrica de Paracambi, com 30 MW e um reservatório de 2,98 km². Como critérios para aquisição de terras e indenizações, a Light aponta a busca por “*negociações individuais, as mais justas possíveis*”.(www.lightrio.com.br, em 13 de março de 2003).

Na segunda metade dos anos 1980, populações do vale do Paraíba fluminense se organizaram e resistiram contra a construção de projetos hidrelétricos capitaneados, àquela altura, por Furnas Centrais Elétricas.

Em 2000, um “novo” projeto para a Usina Hidrelétrica de Itaocara foi apresentado, com capacidade para gerar 195 MW e com um reservatório de 76 km² de área. A Light venceu, em 30 de novembro de 2000, o leilão de concessão da usina. Segundo o Estudo de Impacto Ambiental, contratado pela empresa e concluído em junho de 2000, o projeto deslocaria 873 famílias. Dentre os inúmeros impactos socioambientais causados pelo projeto³⁹, chama a atenção a inundação de São Sebastião do Paraíba.

Ocorre que, em 1988, o Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, através do Centro de Estudos e Pesquisas Urbanas, elaborou para Furnas um documento – com o sugestivo título “*O mundo (deles) vai acabar*” – cujo objetivo era, entre outros, apontar alternativas para os entendimentos entre aquela companhia e as diversas facções sociais que seriam afetadas, além de buscar diretrizes de ação, conciliando os vários interesses em jogo e minimizando eventuais conflitos. Para tanto, a equipe foi a campo e realizou entrevistas, procurando “*levantar as expectativas, aspirações e possibilidades dos moradores de São Sebastião do Paraíba; entender a intervenção de FURNAS como fato provocador de um drama social (...)*” (Santos, 1988, grifo no original).

O IBAM apontava que os moradores de São Sebastião do Paraíba estavam “*sem alternativas: são obrigados a encarar as conseqüências de uma hecatombe que vai acabar com tudo: sua maneira de ser, suas formas de ganhar a vida, suas relações sociais amplas e, o que é irrecuperável, suas referências espaciais*” (Santos, 1988, grifo nosso). Seriam obrigados a “*ficar de uma hora para outra sem lugar*” (trecho de depoimento citado em Santos, 1988).

Da mesma forma como em São João Marcos, as terras foram sendo compradas por Furnas no final da década de 80. O propósito era negociar com a obra em andamento. A cidade e as pessoas também foram desqualificadas: “*O diretor de FURNAS disse no Jornal que aqui tinha só vinte casas, que a terra não era fértil e que era um lugar decadente. Isso é um absurdo! ... Como pode ser decadente um lugar que produz dez mil litros de leite por dia?*”. E mais uma vez utilizou-se o discurso do progresso: “*É duro a gente saber que a realidade será essa, é muito triste pra nós saber que a água vai cobrir tudo isso aqui. Mas, o que se vai fazer. Se é o progresso ...*”

³⁹ Cf. Vainer *et all* (2004).

Segundo Sigaud (1989), as empresas do Setor Elétrico foram responsáveis pelo deslocamento compulsório e atabalhoado de milhares de cidadãos brasileiros, pela sua diáspora, pelo seu empobrecimento e pela profunda desorganização de suas condições de vida. Via de regra, a construção de uma barragem implica na valorização do progresso em detrimento, quase sempre, da tradição do grupo.

Se faltou aos marcosenses, até mesmo pela época (1940), o espírito de luta que levou aos habitantes da região do Alto Uruguai a constituírem a CRAB, em 1981, sua memória, referendada ao espaço de sua experiência de vida em São João Marcos, congregada aos interesses do Patrimônio Nacional e também do INEPAC, lhes garantiu a consagração da vila como *lugar de memória*; ou ainda como exemplo do que não mais se deveria repetir.

O trabalho do IBAM apontou, em 1988, que a organização coletiva é imprescindível e que a imposição de uma mudança de vida não é indenizável, sendo legítimo o direito de existência da comunidade tal como ela é. Para além da tarefa puramente técnica de produzir energia, a construção de uma represa exige dos empreendedores um conjunto significativo de responsabilidades sociais.

A organização coletiva poderá ser ajudada pelo apego à vila, ao sítio e ao modo de viver. Os sebastianenses têm um vínculo com o lugar que é, ao mesmo tempo, particular e generalizado. A ameaça de terem de sair soa, a princípio, inconcebível. Falam dos antepassados, dos muitos parentes espalhados pela região, dos costumes e das terras, coisas que jamais poderão ser recompostas num outro lugar. Há uma disposição interior do grupo em resistir à idéia do desaparecimento da vila (...) A ameaça de desmobilização da comunidade – mesmo com a perspectiva de reassentamento – é reconhecida pelos habitantes como um processo de dissolução definitiva (...) Há um pressentimento, generalizado de que muita gente, sobretudo a população mais idosa, não vai suportar o afastamento (Santos, 1988).

A despeito do avanço que o tratamento da questão socioambiental experimentou nos últimos quinze anos pelo setor elétrico, há ainda muito a ser feito. No lapso temporal que existe entre a história de São João Marcos e a história de São Sebastião do Paraíba, é também inconcebível que sejam realizados estudos que ainda primam pela falta de informações sobre as comunidades atingidas, que desconsideram suas histórias de vida e suas lutas. É inconcebível que as aspirações dessas comunidades atingidas não sejam ouvidas e consideradas, desde a “gestação” do projeto.

Que a história de São João Marcos e de seu povo não seja, de forma alguma, esquecida.

Bibliografia citada

- BARBOSA, F. de A.. São João Marcos antes do dilúvio. In: *Testamento de Mário de Andrade e outras Reportagens*. RJ: Departamento de Imprensa Nacional/ Serviço de Documentação/ MEC, 1954.
- BOSI, E.. *Memórias da Cidade: Lembranças Paulistanas*. In: São Paulo (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. *O Direito à Memória. Patrimônio Histórico e Cidadania*. SP: DPH, 1992.
- CONSELHO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA - CNAEE. Processo 1655.02.1940-41.
- _____. Processo 2428.06. 1946.
- DANTAS, L. A. *São João Marcos do Campo Alegre*. In: INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. *O café no 2º Centenário de sua introdução no Brasil*. V. 2. Rio de Janeiro: IBC/DNC, 1934.
- ESSUS, A. M. S. Resgate de Memórias. In: CASTRO, H. e SCHNOOR, E. (orgs.). *Resgate: uma janela para o oitocentos*. RJ: Topbooks, 1995.
- FALCÃO, J. A.. Política cultural e democracia: a preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. In: MICELI, S. (org.). *Estado e Cultura no Brasil*. SP: Difel, 1984.
- FREMONT, A. *A Região, Espaço Vivido*. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.
- HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. SP: Vértice, 1990.
- JORNAL O GLOBO, 06/04/2003.
- LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S. A. – www.lightrio.com.br
- MALHANO, C. E. S. M. B.. *Da materialização à legitimação do passado: a monumentalidade como metáfora do Estado, 1920-1945*. RJ: Lucerna/ FAPERJ, 2002.
- NORA, P.. Entre Memóire et Histoire. La problématique des lieux. In: _____. *Les lieux de Memóire*. Paris: Gallimard, 1984, v. I.
- O PRELO. *Uma Casa de Cultura no coração da serra*. Nov., 1990.
- PAULA, D. A.. *A cidade submersa: o processo de destruição de São João Marcos (1930-1945)*. RJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/ UFRJ (Dissertação em História), 1994.
- REVISTA DO CLUBE DE ENGENHARIA, 1 (3):163-171, nov. 1934.
- REVISTA DO CLUBE DE ENGENHARIA, 2 (15): 776, dezembro de 1935.
- RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos /Instituto de Terras e Cartografia. *Atlas Fundiário do Rio de Janeiro*. RJ: SEAF, 1991.

- RODRIGUES, C. M. C. *Águas aos olhos de Santa Luzia*. Um estudo de memória sobre o deslocamento compulsório de sitiante em Nazaré Paulista (SP). SP: Ed. UNICAMP, 1999.
- SANTOS, C. N. F. (coord.). *O mundo (deles) vai acabar*. Impacto da ação de FURNAS em São Sebastião do Paraíba. RJ: Centro de Estudos e Pesquisas Urbanas/ Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), 1988.
- SIGAUD, L.. A Política “Social” do Setor Elétrico. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 4, p. 55-71, jan./jun. 1989.
- SOARES, D. F.. *Paisagem e Memória: dos Saltos de Sete Quedas ao Lago de Itaipu*. RJ, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/ UFRJ (Dissertação em Planejamento Urbano e Regional), 2001.
- _____. *A cidade do lago*. São João Marcos e o reservatório de Ribeirão das Lages, RJ. RJ, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia/ UFRJ (Monografia de Graduação), 1997.
- VAINER, C. B.. Águas para a vida, não para a morte. Notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil. In: ACSERALD, H.. HERCULANO, S. e Pádua, J. A. (org.) *Justiça Ambiental e Cidadania*. RJ: Relumê Dumará, 2004.
- VAINER, Carlos; VIEIRA, Flávia; PINHEIRO, Daniele e CARMO, Michele. Energia e Conflitos Sociais: o caso da barragem de Itaocara, Rio de Janeiro. In: ACSERALD, H. (org.). *Conflito Social e Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro*. RJ: Relume Dumará: FASE, 2004.
- WEIL, S.. O enraizamento. In: BOSI, E. (org.). *Simone Weil. A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. 2^a ed. RJ, Paz e Terra, 1996.